

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 12, número 2 (2021)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia

*Mujeres, Clase Social y Violencia de Género en
Tiempos de Pandemia*

*Women, Social Class and Gender Violence in
Pandemic Times*

Maria Mary Ferreira

Universidade Federal do Maranhão - Brasil
mmulher13@hotmail.com

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Universidade Estadual do Maranhão
neuzelipinto2609@gmail.com

Como citar este artigo:

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 130-145, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia

Mujeres, Clase Social y Violencia de Género en Tiempos de Pandemia

Women, Social Class and Gender Violence in Pandemic Times

Resumo

A sociedade capitalista é excludente e perversa com aqueles que estão na base da pirâmide, ou seja, os pobres, as mulheres e os negros, seguramente os que vivem em situações de maior vulnerabilidade. Os estudos e pesquisas retratam que, nas sociedades de classe, as relações de gênero, de raça e etnia se entrecruzam em interseccionalidades. Neste estudo, propomos discutir como a violência de gênero, que perpassa as relações de classe, se agudizou na pandemia e atinge de forma mais direta as mulheres pobres e negras, evidenciando as interseccionalidades que não devem ser desconsideradas na pesquisa desse fenômeno. Este estudo parte de uma perspectiva crítica e tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, além de destacar as reflexões colhidas nas experiências de trabalhos realizados com mulheres que atuam em organizações sociais engajadas na luta pela sobrevivência e na luta antipatriarcal e anticapitalista. Essas lutas apontam resistências e superação no combate à violência de gênero nestes tempos de pandemia.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Relações de Classe; Gênero; Pandemia.

Resumen

La sociedad capitalista es excluyente y perversa con los que están en la base de la pirámide, es decir, los pobres, las mujeres y los negros, que son ciertamente los que viven en situaciones de mayor vulnerabilidad. Los estudios y las investigaciones muestran que en las sociedades de clases, las relaciones de género, raza y etnia se entrecruzan en interseccionalidades. En el presente trabajo, nos proponemos discutir cómo la violencia de género, que impregna las relaciones de clase, se agudizó durante la pandemia y viene afectando más directamente a las mujeres pobres y negras, destacando las interseccionalidades que no deben ser ignoradas al investigar este tipo de fenómeno. Así, partimos de una perspectiva crítica, utilizando la investigación bibliográfica como metodología y que coopera en destacar las reflexiones recogidas a partir de las experiencias de trabajos realizados con mujeres que laboran en organizaciones sociales comprometidas en la lucha por su existencia y en la lucha antipatriarcal y anticapitalista. Dichas luchas apuntan a buscar resistir y superarse en pro del combate contra la violencia de género en estos tiempos de pandemia.

Palabras-Clave: Violencia de Género; Relaciones de Clase; Género; Pandemia.

Abstract

Capitalist society is exclusionary and perverse towards those at the bottom of the pyramid, that is, the poor, women and blacks, certainly those who live in situations of greater vulnerability. Studies and research have shown that in class societies, gender, race and ethnicity relations intertwine in intersectionalities. The proposal of this study is to discuss how gender violence, which permeates class relations, has become more acute in the pandemic and affects more directly poor and black women, highlighting the intersectionality that should not be disregarded in the study of this phenomenon. The study starts from a critical perspective and uses the bibliographic research methodology to present reflections gathered from the experiences of work carried out with women who work in social organizations engaged in the struggle for survival and in the anti-patriarchal and anti-capitalist struggle that point to resistance and overcoming when fighting violence against women in pandemic times.

Keywords: Gender Violence; Class Relations; Gender; Pandemic.

Maria Mary Ferreira, Neuzeli Maria de Almeida Pinto



Introdução

O presente artigo busca analisar a violência de gênero e as interseccionalidades que perpassam as relações de raça e classe. Esse tipo de violência se acentuou nos tempos da pandemia de COVID-19 e atingiu e atinge, de forma mais direta, as mulheres pobres e negras, em virtude da posição de subalternidade em que as mesmas se encontram socialmente.

A posição de inferioridade imputada às mulheres é marca das relações patriarcais e das relações de gênero que se aprofundam interseccionalmente nas desigualdades de classe e de raça e etnia. Essas desigualdades incidem sobre a violência conjugal, sobre os estupros e feminicídios que, no Brasil, aumentaram significativamente nos últimos cinco anos, fato que levou à Câmara Federal a aumentar a penalidade para esse tipo de crime¹.

As políticas feministas e as políticas antirracistas têm se constituído como mecanismos que se contrapõem à violência e à omissão do Estado brasileiro. Esses crimes, que se acentuaram durante o período de pandemia, têm as mulheres como a maioria das vítimas, em especial as mulheres negras. Importante destacar que a violência que atinge as mulheres são violências, muitas vezes, silenciadas e invisíveis.

[...] como aquelas dissimuladas, geralmente quase que imperceptíveis, que se exprimem em atos racistas, atitudes machistas e homofóbicas e tantas outras formas de manifestações que, muitas vezes, são naturalizadas e que por sua vez passam despercebidas, porque estão sustentadas em ‘velhas’ normativas (SCHWENGBER; DREHER; PINHEIRO, 2020, p. 133).

A partir desse contexto, este artigo inicia com a abordagem de um breve conceito de violência de gênero, trazendo um histórico de sua relação com as demais subordinações enfrentadas pelas mulheres, como, por exemplo, as violências que se situam nas relações de classe, de raça e etnia, e que se interseccionam sob a forma de discriminações, para além da violência de gênero experimentada.

A análise das relações de raça, classe e gênero e suas interseccionalidades são discutidas para que se possa entender que as opressões não agem de forma isolada e não possuem pesos diferentes. Essas categorias opressivas são também interseccionadas. É oportuno pensarmos a opressão humana a partir das classificações impostas pelos grupos dominantes, que servem perfeitamente ao intuito de subjugar, condenar e oprimir sujeitos por outros sujeitos que se colocam em posição de superioridade.

Assim sendo, a opressão sofrida pelas mulheres é multidimensional, tendo em vista as múltiplas identidades que permeiam um contexto social e histórico. Sendo ainda o patriarcado uma base de opressão semelhantes àquelas que permitem a existência do racismo, a crença na dominação é constituída a partir das noções de inferioridade e superioridade. O patriarcado se apresenta como uma organização sexual hierárquica da sociedade, tão necessária ao domínio

¹ A Câmara dos Deputados aprovou em maio o aumento da pena mínima para o crime de feminicídio. Na nova Legislação a pena que era de 12 anos passaria para reclusão de 15 a 30 anos. O projeto agora será votado no Senado. (CÂMARA, 2018)

político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e da lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública), construídas a partir de um modelo masculino de dominação que garante e assegura as relações de violação e discriminação sofridas pelas mulheres.

Diante do exposto, este artigo também se ocupa dos conceitos sobre as discriminações estigmatizadas nas sociedades de classe, lugar onde as relações de gênero, de raça e etnia se entrecruzam em interseccionalidade. Esses conceitos precisam ser mais bem refletidos nos estudos e pesquisas, de modo a reconstruir novas relações sociais, fundamentadas na igualdade e solidariedade, tão necessárias quanto importantes nestes tempos de pandemia, período em que as diferenças e desigualdades estão ainda mais acentuadas.

Violência de Gênero: Reflexo da Cultura Patriarcal

A violência de gênero é reflexo da cultura patriarcal que permanece enraizada na sociedade, ainda que os esforços das instituições sociais e dos movimentos feministas tentem erradicá-la. Para melhor compreender esse tipo de violência, alguns conceitos se fazem necessário, entre eles o conceito de gênero e patriarcado. Ambos permitem compreender que o processo de subordinação das mulheres é uma construção das sociedades patriarcais, revigorada nas sociedades capitalistas e que permanece até os nossos dias, considerando os valores apreendidos e reproduzidos através de diversas estruturas, responsáveis por aceitar e reforçar as relações desiguais. Dentre essas estruturas, destacamos: a família, a escola, a igreja e seus aparatos religiosos, os setores do judiciário, os partidos políticos, os sindicatos, entre outros.

O gênero, enquanto categoria de análise, permite entender que as mulheres não nasceram inferiores, não são menos inteligentes que os homens, ou não sabem comandar um Estado, uma empresa ou uma comunidade. As mulheres nasceram com inteligência e sabedoria para assumir postos de comando, dirigir uma nação e interferir na sociedade com práticas que, em geral, têm apresentados resultados satisfatórios.

A categoria gênero abre nossos olhares para entender que a sociedade na qual vivemos, construída a partir de olhares masculinos, delegou às mulheres os lugares subalternos, negando-lhes a sua condição de sujeito sob argumentos que reforçaram sua natureza dócil, imatura, capacidade de maternar e gestar, e até a sua forma de expressar emoções. Contudo, os movimentos feministas têm reagido com atos e estudos que ajudam a desconstruir esses lugares de submissão. Através de estudos históricos, é possível demonstrar a enorme contribuição das mulheres na elaboração e construção do mundo.

O conceito de patriarcado, por sua vez, permite compreender como foram construídos os processos de domesticação das mulheres e entender como as mulheres foram desapropriadas de saberes e de poderes, sendo naturalizadas à sujeição e à opressão. Os estudos sobre patriarcado possibilitam desnaturalizar narrativas que neutralizam a nossa existência e que, ao mesmo tempo, reparam as omissões criadas pelas estruturas encarregadas de manter as hierarquias que subordinaram, e ainda subordinam, as mulheres na sociedade.

Nos estudos de Lerner (2019) sobre a criação do patriarcado, a autora nos

esclarece que o sistema patriarcal só se manteve durante os últimos milênios porque teve a cooperação das mulheres. Estas, ao serem privadas da educação e após o apagamento de sua história, ficaram sem referências. Além disso, a dificuldade de acesso das mulheres aos recursos econômicos e poder político contribuiu para anular sua presença e protagonismos no processo histórico.

[...] pelo qual o patriarcado se estabeleceu e se institucionalizou. Esse processo manifestou-se na organização familiar e nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expressando a supremacia de divindades masculinas (LERNER, 2019, p. 38 - 39).

Para a autora, é importante compreender como foi instaurado o patriarcado, pois isso facilita pensar e criar formas de resistência e superação. O patriarcado é fruto das relações de hierarquia e dominação apreendidas e praticadas pelos homens sobre as suas próprias mulheres. “Isso se manifestou na institucionalização da escravidão, que começou com a escravização de mulheres dos grupos conquistados” (LERNER, 2019, p. 40).

Em seus estudos que abarcam um longo período da história social, a autora esclarece que a subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos mais antigos códigos de leis e imposta pelo poder total do Estado, reproduzindo-se ao longo da história. Com isso, foi possível garantir:

[...] a cooperação das mulheres por vários meios: força, dependência econômica do chefe de família, privilégios de classe concedidos a mulheres dependentes e obedientes das classes mais altas, e pelo artifício da divisão de mulheres em respeitáveis e não respeitáveis. (LERNER, 2019, p. 42).

Compreender a dinâmica desse processo é importante, pois os mecanismos de reprodução da dominação são inúmeros e se traduzem de diversas formas, como quando os homens assumem os postos de comando. Esse exemplo é reflexo de uma educação diferenciada e que incutiu valores que continuam reforçando uma educação em que as meninas continuam sendo orientadas para o mundo doméstico e conduzidas para as atividades de arrumar, lavar, passar e costurar.

A partir desse contexto, podemos então compreender os porquês da violência de gênero ser, no século XXI, um dos maiores entraves da emancipação das mulheres. Em estudo recente realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, as mulheres consideram a violência de gênero como um dos maiores problemas que enfrentam no dia a dia, pois interfere na sua dignidade como ser humano. A Organização Mundial de Saúde declara que a violência contra as mulheres continua sendo um dos problemas que mais afeta a vida das mulheres: “Ao longo da vida, uma em cada três mulheres - cerca de 736 milhões de pessoas -, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro” (OMS, 2021, p. 2)

Essa situação se mantém porque os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são acompanhados de códigos de conduta introjetados pela educação diferenciada e pela cultura patriarcal, que é incutida nos meninos e

meninas, e que reflete no controle e exercício de poder dos homens, classificado por Saffioti (1987) como poder do macho. A cultura patriarcal dita as regras de convivência e as mulheres cumprem os rituais, submetendo-se àquilo que a sociedade modelou como “coisas de mulher”, ou como “comportamento adequado para as mulheres”. Esse comportamento inclui recato sexual, prendas domésticas, maternidade como destino, etc.

Aos homens, pouco ou nada é cobrado, tudo é permissível. “Em homem nada pega”, diziam nossas avós e continuam dizendo a sociedade. Essa permissividade contribui para que os homens se sintam legitimados a fazer uso da violência, a exercer sua força e vontade incontestável. Diversos estudos têm demonstrado que a submissão das mulheres ou a forma como são obrigadas a submeter-se na relação conjugal decorre dos processos de domesticação ou de como foram socializadas pela educação diferenciada, bem como pelas condições concretas (físicas, psicológicas, sociais e econômicas). Essas condições obrigam que as mulheres sejam submissas e, em muitas situações, tenham dificuldade de romper a relação de opressão em que vivem.

Relação de Classe, Gênero, Raça e Etnia e Suas Interseccionalidades em Tempos de Pandemia de COVID-19

As transformações advindas da relação capital x trabalho e que incidiram sobre a condição dos trabalhadores brasileiros a partir do século XX resultaram das lutas políticas empreendidas por esse segmento social, fato que amenizou, em grande parte, a carga de trabalho exaustiva e instituiu um conjunto de direitos que foram sendo consolidados nas Constituições de 1945 e ampliados na Constituição de 1988. Foram lutas empreendidas e protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras, porém, se essas conquistas alteraram as relações de subordinação no mundo do trabalho, em particular no que se refere às mulheres, foram mantidos os processos de subordinação e confinamento que durante séculos as mantiveram afastadas da vida pública.

Embora as mulheres tenham seus direitos reconhecidos constitucionalmente no Brasil, permanece e prevalece a cultura patriarcal, que é um dos fatores de manutenção da condição das mulheres em lugares subalternos e que reforça a sua condição de sujeito não ativo. Tal assertiva é condição daqueles que não exercem posições de poder e, principalmente, que não acumulam esse poder, mas que o reproduzem não para elas mesmas, mas para aqueles que, de fato, controlam o poder. Tudo isso é fruto de toda uma construção dada por meio dessa sociedade patriarcal. Assim, as pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes extremamente desiguais.

O movimento histórico de luta das mulheres em relação às questões de gênero resulta do enfrentamento de todas as formas de discriminação, do combate a todas as formas de violência, dos maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas, da luta pela assistência integral à saúde e educação, pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, da importância da autonomia e da autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres, como também da defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social. Os

movimentos feministas têm se constituído como porta-vozes da luta e resistência contra o patriarcado. Todas as formas de exclusão imputadas às mulheres na sociedade capitalista, cujos pilares se fundamentam na exploração não somente da força de trabalho de mulheres e homens, mas em manter viva a sociedade patriarcal, são responsáveis pela verticalização das relações de gênero e de raça e etnia.

É na sociedade capitalista que as relações de classe, também denominadas de relações de produção, e, portanto, relações desiguais, se agudizam, embora se saiba que as relações desiguais não emergiram com as sociedades capitalistas, tendo em vista que, no contexto da sociedade patriarcal, as mulheres já sofriam discriminações, exclusões, violências de gênero. Tal fato evidencia que, para além da sociedade de classes, existe uma sociedade que é racista e machista. No entanto, não se pode desconsiderar que as desigualdades sociais são, em grande parte, geradas pela concentração de poder e dinheiro nas mãos dos capitalistas que controlam os meios de produção e as nações.

As classes sociais fazem parte da estrutura das sociedades e, através destas, são construídas dinâmicas que explicam o acúmulo e a abundância de uns em detrimento da escassez e miséria de outros. Marx (1988), ao explicar as diversas denominações de classe, destaca que os conceitos de “proletariado”, “burguesia” e “aristocracia financeira” estão atrelados ao momento histórico. Nas suas interpretações sobre o tema, Marx afirma que as condições estruturais são determinantes ao processo de divisão de classes, porém, não é algo imutável, uma vez que o desenvolvimento das classes resulta das contradições da sociedade. As classes só existem dentro de um sistema – capitalista – e as relações de classe se processam dentro de um sistema socioeconômico determinado. Claro que, ao lado desse sistema, há todo um aparato montado pelo Estado para manter os privilégios de alguma classe em relação às outras (FERREIRA, 2014).

A discussão de classe, pensada a partir de Karl Marx, tende a explicar as relações desiguais existentes na sociedade pelo viés do capital, ou seja, pela acumulação de capital/dinheiro. O dinheiro é um dos mecanismos de divisão da sociedade, que cria e reforça as distâncias entre uma classe e outra. Essa divisão, porém, não é considerada a única forma de separação entre as classes. Para Bourdieu (2003), por exemplo, a separação entre as classes não se evidencia apenas pela acumulação do capital/dinheiro, mas também pelo capital cultural, que tem como ponto de partida o desenvolvimento escolar universitário. Logo, “a acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor” (BOURDIEU, 2003, p. 64).

Para o citado autor, ao se discutir classe, não se pode perder de vista que a classe dos intelectuais (aqueles que estudaram e detêm capital cultural) pode não ter dinheiro, mas detém poder através do conhecimento, que se traduz em capital cultural. Esse tipo de capital cria as condições de interferência na sociedade a partir do saber e do conhecimento intelectual.

Nas sociedades de classe, as hierarquias estão presentes em todas as camadas sociais. Essas hierarquias estão imbricadas nos papéis sexuais, determinados para mulheres e homens. Para Saffioti (1987, p. 8), “A sociedade

delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”.

Desde o nascimento, meninas e meninos são educados/domesticados para conviver em sociedade, mas de maneira distinta. Os papéis sexuais são constituídos culturalmente e mudam conforme o grupo social e o tempo. Entretanto, é preciso observar que, sendo rica e/ou pobre, as meninas são direcionadas a tarefas diferentes dos meninos. Os meninos são estimulados desde cedo a assumirem papéis de mando, de decisão, contribuindo para o seu processo de socialização, seja nas disputas com seus carrinhos importados e jogos eletrônicos (nas famílias das classes privilegiadas), seja com o chuchu ou pipa/papagaio empinado nas ruas (prática de onde vivem as famílias das classes proletárias).

Essa forma de socialização faz com que os meninos desenvolvam um senso de autoridade e disputa, de liderança e de domínio do espaço público, enquanto as meninas ficam confinadas ao espaço doméstico, tecendo roupas para suas bonecas loiras, simulando maquiagem e desenvolvendo uma sexualidade precoce, aprendendo desde cedo a se enfeitar para agradar. Nas classes proletárias, as meninas aprendem a ajudar as mães na cozinha, a lavar, a passar roupa e a cuidar de bebês reais, seus irmãozinhos.

O processo de socialização dos meninos e meninas não se esgota na família. Eles e elas são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, igreja e sociedade em geral diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar. Esses modos irão refletir no seu comportamento futuro, no tratamento que irão dispensar às mulheres e aos homens que irão flertar, namorar, casar. Não se pode perder de vista que a dialética das relações é construída de acordo com os processos de educação e socialização, seja nas famílias burguesas, de classe média, ricas, seja nas famílias de classes proletárias.

Os papéis impingidos aos homens e às mulheres, a partir das diferenças sexuais, recebem conotações específicas em termos de valores e normas. Essas conotações moldam a formação dos meninos e das meninas, pois obedecem a padrões determinados pelos estereótipos, os quais naturalizam o masculino como dominador, provedor, racional, e o feminino como emotivo, doce, inseguro.

Logo, a naturalização dos papéis designados às mulheres faz com que sua presença se torne invisível; sua fala e voz passam a não ter eco, não ter valor. Essa naturalização é reforçada pelo controle do dinheiro, em grande parte concentrado nas mãos dos homens, e pela negação e ocultação da presença das mulheres nos processos e tomadas de decisão, seja nas relações de poder na família, seja em outros espaços, como igreja, partidos e/ou sindicatos. Para Ferreira *et al.* (2016, p. 58 - 59),

A socialização dos gêneros na família e na sociedade representa um dos fatores que pode influenciar na permanência de mulheres na situação de violência, embora isto nem sempre seja percebido por elas. Um dos aspectos é a influência que os estereótipos na educação dos gêneros exercem sobre essas mulheres, bem como a posição de submissão que elas assumem na relação conjugal ou que lhes é imputada.

Durante muito tempo, o poder e a concentração do capital nas mãos dos homens serviram como argumentos para a naturalização de que as mulheres não contribuíam para a construção das riquezas das nações. Entretanto, a história tem mostrado que, desde tempos imemoriais, as mulheres sempre estiveram voltadas ao mundo do trabalho. As mulheres burguesas, confinadas no lar, ajudavam no aumento da produção e na riqueza de seus maridos, pois eram elas que administravam os negócios da família e cuidavam da formação dos filhos.

As mulheres das camadas pobres sempre trabalharam na produção de bens e serviços, assim como estiveram na linha de frente do cuidado e da construção de inúmeras formas de sobrevivência de suas famílias, criando riqueza social que se expandia através da força de trabalho não reconhecido e desvalorizado. Com efeito, “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Aparentemente, apenas os homens trabalhavam, já que era o seu trabalho que gerava capital (dinheiro), enquanto as mulheres apenas cuidavam das casas, das crianças e dos doentes. Segundo Saffioti (2013), antes da Revolução Industrial, as mulheres das camadas populares trabalhavam de forma ativa nos campos e nas minas, nas lojas e oficinas, teciam e fiavam, fermentavam cerveja e ainda realizavam as tarefas domésticas. Então, “enquanto a família existia como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenhavam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

As mulheres negras, por sua vez, sempre trabalharam. Em termos proporcionais, trabalharam mais fora do que suas irmãs brancas. “O espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz o padrão estabelecido durante os primeiros dias da escravidão”, enfatiza Ângela Davis (2016, p. 17). Como escravas, essas mulheres tinham sua existência ofuscada pelo trabalho compulsório, exaustivo, marcado pela violência constante. No sistema escravocrata, as mulheres negras eram, antes de tudo, “uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposas, mães, donas de casa” (DAVIS, 2016, p. 18). É certo dizer que havia uma superexploração sobre homens e mulheres escravizados, mas as mulheres negras escravizadas sofriam uma dupla exploração, “porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas” (DAVIS, 2016, p. 19).

Para compreender melhor as imbricações entre classe, raça e gênero, os estudos sobre interseccionalidade trazem a necessidade de levar em conta múltiplos sistemas de dominação. Isso não significa que se empreenda o esforço de criar uma visão unitária e globalizante das identidades sociais, mas de oferecer uma compreensão mais aprofundada das desigualdades complexas que estruturam o mundo social (BIROLI, 2015).

O termo interseccionalidade, sem dúvida, conseguiu tornar o campo compreensível, em especial para o âmbito social. É inegável que o racismo e o patriarcalismo são duas instituições basilares para as relações de poder, pois inferiorizam a mulher em toda a sua multiplicidade e criam modos de subordinação que levam em conta a dimensão sexual. No contexto de

múltiplas opressões, é importante pensar nas intersecções, a fim de compreender a complexidade identitária sem hierarquização, uma vez que há uma interação nas reproduções de desigualdades sociais.

A interseccionalidade é vista ainda como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, sendo, portanto, uma categoria que se insere como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade, ao mesmo tempo, um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Hirata (2014) cita Danièle Kergoat (2012) para justificar a necessidade de se pensar, de forma conjunta, todas as formas de dominação, as quais também têm como objetivo não contribuir para a sua reprodução.

Segundo Silveira e Nardi (2014), o conceito de interseccionalidade passa a produzir rachaduras em discursos que focalizavam apenas a vertente de diferenciação social e classe. Essa autora propõe que os eixos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela luta de classes se cruzem e definam a multiplicidade de opressões às quais as mulheres, em especial as mulheres negras, estão submetidas.

Logo, o conceito de interseccionalidade está intimamente ligado aos modos de subjetivação das pessoas e às situações de violência contra a mulher e de gênero, assuntos que estamos discutindo aqui e que se entrecruzam nas relações de poder e de dominação.

Pandemia de COVID-19: O Confinamento e a Vulnerabilidade das Mulheres

A pandemia que atinge o Brasil desde o início de 2020 tem deixado marcas profundas e sofrimentos para a sociedade brasileira. Contudo, é unânime o reconhecimento de que o novo coronavírus acentuou os efeitos da desigualdade de gênero e trouxe dores indeléveis à vida das mulheres, especialmente às mulheres negras e pobres, que permanecem invisíveis, desvalorizadas e destituídas de poder e cidadania. Contribuem para isso os estigmas, consequência da pobreza extrema, aliados ao fato de que a maioria dessas mulheres são negras e chefes de família.

Desigualdade e pobreza são assuntos recorrentes em discussões sobre políticas públicas no Brasil, principalmente neste ano de 2021, quando o Brasil volta ao Mapa da Fome, tendo saído em 2012. De acordo com o IPEA, a entrada de Bolsonaro como dirigente da nação em 2019 apresentou, após o segundo ano de seu governo, um saldo negativo desde que assumiu a presidência da República. Os estudos desse Instituto demonstram que:

[...] houve um aumento de 9,1 milhões de pessoas a mais na pobreza e 5,4 milhões a mais na extrema pobreza. Ou seja, em seu governo 14,5 milhões de brasileiros foram empurrados para classes econômicas mais baixas. Hoje o país tem 61,1 milhões de pobres e de extremamente pobres.

Para Rocha (2021), o aumento da pobreza e da miséria, assim como a volta da fome, é reflexo da política brasileira hoje capitaneada por Jair Bolsonaro, presidente da República, e Paulo Guedes, ministro da Economia. Ambos são

Maria Mary Ferreira, Neuzeli Maria de Almeida Pinto



responsáveis pelos sacrifícios e sofrimentos imputados à população brasileira. Além disso, a autora aponta que:

[...] o negacionismo de Bolsonaro, cujo governo nunca fez uma campanha decente de conscientização de proteção à Covid-19 que explicasse a importância de medidas sanitárias e do isolamento social para evitar a propagação da doença, e de não ter comprado vacinas suficientes, entre outras medidas protetivas para os brasileiros. (ROCHA, 2021, p. 1).

Todos esses fatores contribuíram para o acirramento e proliferação da pandemia no Brasil. Além disso, as mulheres estão mais expostas à COVID-19, pois estão na linha de frente no combate à epidemia, tendo em vista que ocupam funções de enfermeiras, assistentes sociais, parteiras, auxiliares de enfermagem, coqueiras, entre outras profissionais que atuam nas redes de saúde. Nesse âmbito, as mulheres constituem cerca de 70% das equipes de trabalho. Por outro lado, as mulheres compõem a maior parcela das comunidades pobres e que estão em situação de vulnerabilidade, sendo, aproximadamente, 40% das chefes de família.

É certo afirmar que a pandemia no Brasil encontrou uma sociedade bastante dividida após uma eleição polarizada e uma estrutura social que se desgastou mais ainda após o golpe de 2016, responsável pela retirada do poder da presidenta eleita em 2014². A eleição de Jair Bolsonaro e o desgaste da campanha contribuiu para adoecer a sociedade brasileira, a qual passou a conviver com um governo que optou por manter a herança política e elitista, proteger os capitalistas e negligenciar os trabalhadores brasileiros, em sua maioria informais e terceirizados.

As declarações do então candidato em 2018 já indicavam os caminhos que seriam percorridos por seu governo. Na grande imprensa, suas falas ressoaram como afrontas aos grupos minoritários:

Não faltam na trajetória política do candidato à Presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, declarações machistas, racistas e de ódio a minorias que, nas palavras do deputado, devem “se curvar às maiorias” ou serão “esmagadas” (Jornal El País, 2018).

A chegada da pandemia de COVID-19, especialmente no Brasil, trouxe à superfície a violência com a questão de gênero. Tal violência destaca, na marcante desproporção, a inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho, sendo aquelas maioria no percentual de trabalhadores informais, terceirizados, subocupados e não contemplados com a quarentena. Além disso, a tripla jornada assumida pelas mulheres e o aumento de denúncias de violência doméstica desde o início do confinamento revelam o caráter

2 O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff se constituiu, naquele momento histórico, em uma violência caracterizada como homofóbica e nunca vista neste país. As agressões sofridas pela dirigente do país são um recado do machismo, do patriarcado e do colonialismo ainda tão arraigado nas mentes retrógradas do Brasil. É a violência sofrida, ao longo da história, por todas as mulheres que ousam ocupar espaços de poder. O impeachment da presidenta Dilma é uma mostra de que as mulheres não podem e que precisam de permissão, pois “aí não é o seu lugar”.

estrutural violento e machista do Brasil, atualmente governado por Jair Bolsonaro.

É importante considerar que entendemos o espaço doméstico

[...] como conexão multiescalar em que sujeitos sexuados e generificados formam um espaço singular da coexistência simultânea de inter-relações que desenvolvem práticas domésticas, embebidas em emoções, contato físico, intimidade, cuidado, conflitos e tensões que são negociadas nas rotinas das pessoas que constituem a materialidade específica do espaço que chamamos de casa (GONTAREK; SILVA, 2020, p. 194)

As mulheres, majoritariamente negras e de baixa escolaridade, são a esmagadora maioria dos trabalhadores domésticos no Brasil, um país onde há, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), três empregados domésticos para cada grupo de 100 pessoas. Em outras palavras, as mulheres trabalhadoras estão na linha de frente nessa luta contra a epidemia, laborando em postos de trabalho mais expostos e vulneráveis.

A vista disso, as medidas do governo Bolsonaro, como o corte de 158.452 Bolsas Família; o apoio à MP da Morte e da Fome; a total negligência em relação à necessidade de investimento na compra de respiradores e leitos nos hospitais, clínicas e laboratórios, os quais deveriam estar disponíveis à população mais vulnerável ao vírus; a testagem massiva para toda a população, considerada medida de prevenção; e a compra de vacina em massa fazem com que a crise epidêmica e, conseqüentemente, econômica atinjam, de forma bem mais violenta, esses setores de mulheres trabalhadoras.

O fechamento de escolas é outro fator adicional de preocupação. O trabalho doméstico recai, tipicamente, sobre as mulheres, além do fato de que, toda a família em confinamento nos lares e casas, multiplicam-se as atividades domésticas exercidas, em sua maioria, pelas mulheres. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, apontam que a taxa de realização de trabalhos domésticos, em 2018, era de 92,2% para as mulheres e 78,2% para os homens. Em média, as mulheres dedicam 21,3 horas para essas atividades, enquanto os homens dedicam apenas 10,9 horas.

As mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos do que os homens, segundo o IBGE. Com a quarentena, a dupla jornada das mulheres se intensificou: aquelas que coabitam em uma residência com um homem, em que ambos trabalhavam fora e agora estão em *home office*, continuam a dedicar, em média, 8 horas de trabalho doméstico a mais que os homens. Ao contar com a narrativa de mulheres mães, cujos filhos também estão em quarentena devido à suspensão de atividades em creches, colégios e universidades, a jornada é tripla: tomar conta da(s) criança(s), dos afazeres domésticos e do trabalho dentro ou fora de casa.

No Brasil, segundo o IBGE, existem cerca de 35 milhões de lares chefiados por mulheres. Hoje, a pandemia causada pelo novo coronavírus poderá causar um impacto significativo nos meios de subsistência das mulheres, que sofrem com a falta de condições básicas de sobrevivência, saúde, alimentação e moradia adequada. Aliado à falta de condições de sobrevivência, o estresse

provocado pelo confinamento também pode aumentar o risco de abuso doméstico e outras formas de violência baseadas em gênero, agravando a saúde mental da mulher e potencializando casos de violência doméstica: mulheres isoladas de seus familiares e amigos e convivendo com seus agressores.

Na China, primeiro país a lidar com o surto do vírus, o número de casos denunciados de violência doméstica triplicou. No Brasil, o mesmo fenômeno apareceu; no Rio de Janeiro, por exemplo, o Plantão da Justiça Estadual registrou um aumento de 50% nas denúncias, o que torna ainda mais preocupante a evolução desse cenário em um país que mata uma mulher a cada duas horas, vítima de violência.

Diante do exposto, é necessário lutar contra um sistema capitalista que alimenta uma estrutura de opressões e que afeta os grupos já marcados por vulnerabilidades, conforme mencionado. O poder público e a sociedade civil organizada são os formuladores de políticas públicas e precisam incluir perspectivas das mulheres no planejamento e na tomada de decisões sobre a pandemia. É fundamental buscar mecanismos e medidas educativas que promovam a solidariedade e a responsabilidade nas famílias, incluindo a divisão das tarefas domésticas.

Conclusão

O Brasil, no contexto global, é um dos países mais afetados pela pandemia de COVID-19. A incidência de mortes tem alcançado patamares inimagináveis. No mês de maio de 2021, o número de mortes ultrapassou 460.000. Os cientistas apontam que há subnotificação, que esse número já foi superado e que há um prognóstico de que o Brasil ultrapasse um milhão de mortos até o final de 2021.

Essa constatação não tem sido geradora de políticas públicas por parte do Governo Federal, o qual, em inúmeras declarações, demonstrou sua falta de empatia e de sensibilidade para tratar o problema.

A situação dos brasileiros que se agravou após o golpe de 2016, conforme mencionado neste texto, se aprofundou com a pandemia. Os dados apresentados neste artigo refletem a gravidade da situação e a constatação da ausência de políticas por parte do governo, para enfrentar o problema

A situação dos brasileiros se agravou após o golpe de 2016, conforme mencionado neste texto, e se aprofundou com a pandemia. Observamos que não há por parte do governo nenhuma perspectiva de enfrentamento do problema, ao contrário, todas as ações do atual presidente foram no sentido de desacreditar a existência da pandemia, de subestimar a gravidade do vírus, de negar a eficácia da vacina e da ciência. O Governo Federal cria fatos e narrativas que têm o objetivo de desviar a atenção do problema.

A pandemia trouxe um conjunto de problemas que se direcionam, de forma mais direta, às mulheres. Estas, por serem colocadas como seres mais vulneráveis, são as que mais sofrem com a ausência de políticas sociais que amenize as dificuldades das brasileiras na luta pela sobrevivência, tendo em vista o desemprego e a falta de renda. Ao lado desse problema, as mulheres ainda convivem com o drama da violência que atinge todas as classes sociais,

mas, especialmente, as mulheres pobres e negras, que padecem da falta de atenção e assistência do Estado.

Esses problemas também se acentuaram com o esvaziamento dos programas sociais implementados nos governos de Lula e Dilma Rousseff (2003-2015). As taxas de feminicídio cresceram em 14 dos 26 estados brasileiros, além da violência doméstica e sexual. “O que a gente vê é uma pandemia de feminicídio dentro da pandemia de Covid-19”, avalia Werneck (MAZZOTO, 2021). Como se agravou também a violência doméstica e a violência sexual. No Maranhão, por exemplo os anos de 2019 e 2020 foram 111 mulheres mortas, vítimas de feminicídio. Em todos os Estados da Federação há um aumento gritante de violências contra as mulheres

Ao analisar o problema percebe-se que os tempos bolsonaristas em que vive o Brasil, contribuiu para a propagação de uma cultura de subordinação das mulheres, propagada nos imaginários que explicam a falta de solidariedade dos homens para com às mulheres, que explicam a proliferação do ódio contra as mulheres. Aparentemente, os homens se sentem mais à vontade para infringir as regras de civilidade, sentindo-se legitimados para praticar atos e agressões contra suas companheiras, filhas e netas. As mulheres são as maiores vítimas de violência nestes tempos de confinamento imposto pela pandemia.

As mulheres são as maiores vítimas de violência nestes tempos de confinamento, imposto pela pandemia. Pode-se afirmar que vive-se um momento de barbárie cujo reflexo se traduz nos dados alarmantes dos Boletins de Ocorrência registrado diuturnamente nas delegacias da mulher em todo País.

Por esta razão é importante que haja por parte de nós cientistas sociais escritos que reflitam este momento de incômodo, que se vive, é importante dar voz aos oprimidos e criar estratégias de resistências se contrapondo a toda e qualquer forma de cerceamento do exercício cidadã das mulheres.

A violência de gênero, não é um fenômeno que se combate somente através das lutas e ações dos movimentos feministas, se combate quando a sociedade passar a se indignar e criar políticas para erradicá-las. Se combate quando a indignação se transformar em atos de solidariedade e de afeto, propagados como o vento, abrindo portas e janelas para que as mulheres de todas as classes sociais possam viver com dignidade.

Referências

BIROLI, Flávia. Gênero, classe, raça: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27 – 55, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: escritos de Educação**. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 39 - 64.

Brasil El País. **O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays**. 7 out, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html

>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

CÂMARA aprova aumento da pena mínima para feminicídio. **Agência Brasil**. 18 maio 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/camara-aprova-aumento-da-pena-minima-para-femicidio>>. Acesso em: 26 maio 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality**: a knowledge project for a decolonizing world?. Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar 2014.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Mary. Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 57 – 68, 2014.

FERREIRA, Maria Mary (*et al*). **Direitos iguais para sujeito de direito**: empoderamento de mulheres e combate à violência de doméstica. São Luís: EDUFMA, 2016.

GONTAREK, Dimas Diego; SILVA, Joseli Maria. Violência Doméstica e Masculinidades: Uma Análise Geográfica. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 188 - 207, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.** [online], v. 26, n. 1, p. 61 – 73, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia política. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, Karl. A produção da sociedade: fundamentos da história. In: IANNI, Otavio. **Marx: sociologia**. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1988, p. 43 - 61.

MAZZOTO, Camila. Anistia Internacional aponta desigualdades agravadas na pandemia no Brasil; **Revista Galileu**. 7 abr./ 2021. Disponível em:

Maria Mary Ferreira, Neuzeli Maria de Almeida Pinto

<<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/04/anistia-internacional-aponta-desigualdades-agravadas-na-pandemia-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 maio 2021.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Mulheres negras e ação política. Processos que vem de longe. *In*: FERREIRA, Maria Mary. **Mulheres, protagonismos e Sub-representação**. São Luís: Fórum Maranhense de Mulheres, 2019, p. 55 - 65.

OIT: Organização Internacional do Trabalho. **COVID-19 acentua a situação precária de trabalhadoras e trabalhadores domésticos na América Latina e no Caribe**. 12 junho 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_747981/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 10 de Julho de 2020.

OMS: **uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

ROCHA, Rosely. Pobreza e extrema pobreza atingem 61,1 milhões de brasileiros em 2021. **Mundo Sindical**. 26 abr. 2021. Disponível em: <<http://www.mundosindical.com.br/Noticias/49152,Pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-61-1-milhoes-de-brasileiros-em-2021#!>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

SAFFIOTI, Heleiete I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFIOTTI, Heleiete I. B. **O Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; DREHER, Daniela Zeni; PINHEIRO, Naira Leticia Giongo Mendes. Não é Não! Entre Redes e Ruas: Conflitualidade entre Cultura da Violência e Corpos de Mulheres. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 130 - 145, 2020.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 14 - 24, 2014.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Maria Mary Ferreira: Conceituação, Metodologia, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição;

Neuzeli Maria Almeida Pinto: Conceituação, Metodologia, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Recebido em 30 de maio de 2021.

Aceito em 29 de setembro de 2021.

Maria Mary Ferreira, Neuzeli Maria de Almeida Pinto

